



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

3ª REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS

21 e 22 de Outubro de 2008
Ministério do Meio Ambiente, Sala S1 Subsolo, SEPN 505, Bloco B - Ed.
Marie Prendi Cruz505 Norte

Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de outubro de 2008, na Sala S1 Subsolo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a terceira reunião do Comitê Nacional das Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Maria Cecília Wey de Brito, Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

21 de outubro de 2008

1. ABERTURA

A Secretária de Biodiversidade e Florestas, Maria Cecília Wey de Brito, na qualidade de Presidente do Comitê, destacou a satisfação em retomar os trabalhos do grupo, mencionando que o mesmo auxiliará na implementação da Convenção de Ramsar no país, tanto com relação aos ambientes costeiros e marinhos, como aos de águas interiores. Comunicou que o MMA elaborou proposta de modificação do Decreto que cria o Comitê, alterando a sua composição, para possibilitar a participação de outras entidades de relevância para o tema, tais como o MAPA, a SEAP, o Instituto Chico Mendes, a CEBDS, o WWF-Brasil e a *Bird Life*, estas últimas ONGs parceiras oficiais da Convenção. As alterações incluem ainda a participação de representantes da Sociedade Brasileira de Limnologia, da Rede MangueMar Brasil e da Rede Pantanal.

A Secretária informou sobre a recente criação da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros (GBA) na Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) e destacou outras ações da SBF nessa área em particular: aprovação do projeto GEF Mangue; estabelecimento da Iniciativa Brasileira para Conservação dos Recifes de Coral; elaboração dos planos de conservação dos sítios Ramsar.

2. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO

- Ana Paula Leite Prates - Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros/SBF/MMA
- Angelo José Rodrigues Lima - WWF-Brasil
- Antônio Carlos Porciúncula Soler - FBOMS
- Beatriz Bulhões - CEBDS
- Bértes Carmo Cabral - SRHU/MMA
- Cláudia Alves de Magalhães - SMCQ/MMA
- Eurico Cabral de Oliveira - SBPC
- Jaqueline Maria Goerck - BirdLife International/SAVE Brasil
- Kleber Souza dos Santos - MAPA
- Leonardo Maltchik Garcia - Sociedade Brasileira de Limnologia
- Lucia de Fatima Socoowski de Anello – Dept. de Educação Ambiental/SAIC/MMA

- Luiz Augusto Preto - ANA
- Maitê de Souza Schmitz - Ministério de Relações Exteriores
- Maria Cecília Wey de Brito – Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA
- Maria Iolita Bampi - ICMBio
- Maura Machado Silva – Dept. de Educação Ambiental/SAIC/MMA
- Mauro Luis Ruffino – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca/PR
- Priscila Lopes Soares da Costa - SEDR/MMA
- Rafaela Daniele Nicola - Rede Pantanal de ONGs e Movimentos Ambientais
- Rodrigo Justus Brito -CNA
- Sara Mota representando o Sr. João Pessoa Riograndense Moreira Jr. – IBAMA
- Sandra Lima Genari - Gerente do Parque Nac. do Araguaia/Sítio Ramsar
- Tânia Maria Ferreira – FUNAI
- Vinicius Frizzo Pascotto - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca/PR
- Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar Brasil

3. OBSERVADORES:

- Maria Carolina Hazin - GBA/SBF/MMA
- Maria Raquel de Carvalho - GBA/SBF/MMA
- Paula Petracco - GBA/SBF/MMA

4. APRESENTAÇÃO SOBRE A CONVENÇÃO DE RAMSAR

Carolina Hazin - Ponto Focal Técnico da Convenção de Ramsar no Brasil apresentou a Convenção de Ramsar: histórico, missão, conceitos, estrutura e funcionamento e Sítios Ramsar Brasileiros e anunciou a realização da 10ª Conferência das Partes – COP da Convenção, a ser realizada no período de 28 de outubro a 4 de novembro 2008, na Coréia do Sul.

Esclareceu que a Convenção estimula que as Partes Contratantes designem um ponto focal nacional técnico-científico para contribuir com o Painel correlato da Convenção e que no caso do Brasil, pela extensão do país e diversidade de ecossistemas, foi considerado pertinente a indicação de dois pontos focais, sendo um para a zona costeira e marinha e um para ecossistemas continentais de água doce.

Maria Cecília Wey de Brito informou sobre as indicações do Dr. Eurico Cabral de Oliveira, pela SBPC, e o Dr. Leonardo Maltchik, pela Sociedade Brasileira de Limnologia, como pontos focais nacionais técnico-científicos. Ambos são membros do Comitê e estavam presentes na reunião.

5. BREVE HISTÓRICO DAS REUNIÕES ANTERIORES - Encaminhamentos

Carolina Hazin apresentou temas discutidos em reuniões prévias do CNZU e as ações desenvolvidas posteriormente pelo MMA para atender as demandas correspondentes:

- Diagnóstico nacional de zonas úmidas – elaborado com o propósito de levantar iniciativas, projetos e programas em todas as áreas úmidas do país para subsidiar futuras diretrizes para implementação da Convenção no país. O diagnóstico, desenvolvido em 2005, em parceria com a WWF, encontra-se atualmente em processo de atualização e estuda-se um procedimento eficiente para disponibilizar essas informações.
- Uso das Resoluções da Convenção – para tornar o uso das Resoluções mais efetivo, o MMA pretende traduzi-las. Pretende promover reunião com os Estados para qualificá-los no uso dos documentos e informá-los sobre as diretrizes da Convenção.
- Designação de sítios Ramsar – levantada a necessidade de se definir uma estratégia para designação dos novos Sítios. A SBF já contratou consultor para elaborar mapa de zonas úmidas prioritárias, que será construído a partir dos mapas gerados para a atualização das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade sobrepondo-os a mapas disponíveis do ambientes aquáticos brasileiros. Esse mapa será um dos instrumentos para indicação de novos Sítios. Na presente reunião, foi solicitado aos membros do CNZU auxílio no levantamento das informações existentes nos Estados, como inventários e mapas.
- Indicação do Parque Nacional de Abrolhos como Sítio Ramsar – depois de aprovada a proposta pelo CNZU, o MMA elaborou, em parceria com o ICMBio e a Conservação Internacional, a Ficha Informativa Ramsar e a submeteu para aprovação pelo MRE para posterior encaminhamento ao Secretariado da Convenção.
- Documento “Princípios para o código de conduta para o manejo e uso sustentável dos ecossistemas de manguezal”, desenvolvido pelo Banco Mundial - durante a COP9 de Ramsar, a delegação brasileira logrou retirar qualquer menção ao documento em Resoluções que traziam referência ao mesmo.
- Áreas artificiais consideradas como Sítios Ramsar no âmbito da Convenção - A delegação Brasileira, durante a COP 9, incluiu o seguinte texto na Resolução que trata do Quadro Estratégico e Diretrizes para o Futuro Desenvolvimento da Lista de

Zonas Úmidas de Importância Internacional: *“Embora incluídas no contexto legal da Convenção, o fato de que alguma zonas úmidas artificiais possam eventualmente desenvolver importância para a biodiversidade, nunca deve ser usado para justificar a destruição, modificação substancial ou conversão de zonas úmidas naturais ou quase naturais.”*

- Projeto de Consolidação dos Sítios Ramsar – a proposta de projeto apresentada ao CNZU foi posteriormente submetida e agraciada com fundos do SGF/Convenção de Ramsar. Os produtos finais do projeto foram apresentados nesta reunião.
- Destruição dos manguezais e preocupação da sociedade – aprovada Recomendação do CNZU onde se define manguezal, abrangendo todas as suas feições, inclusive os apicuns; aprovado o projeto GEF Mangue e publicada Instrução Normativa que institui moratória para estabelecimento de projetos de carcinicultura em unidade de conservação de uso sustentável e no entorno das de proteção integral.
- Solicitação de discussão sobre impactos das hidroelétricas no Pantanal e sobre as alterações dos ambientes naturais devido à criação de búfalos – não há discussão aberta no âmbito da SBF. O tema deverá ser pauta de reuniões futuras.

Mauro Ruffino comentou sobre intenção, discutida durante a COP9, da criação de um centro de treinamento como o CHREO no Panamá, que dê visibilidade aos resultados produzidos no Brasil, relacionados à Convenção. Sugeriu que esse seja um ponto de pauta na próxima reunião do CNZU.

Beatriz Bulhões perguntou como se dá o processo de designação dos Sítios Ramsar, incluindo de áreas privadas, de aprovação das propostas nacionais pela Convenção e sobre quais ações que devem ser conduzidas nos Sítios.

Ana Paula Prates destacou intenção do MMA em designar centros de referência para os ecossistemas úmidos mais relevantes no país. Concordou em incluir o assunto numa próxima reunião.

6. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE INDICAÇÃO DOS 3 NOVOS SÍTIOS RAMSAR:

Carolina Hazin introduziu o tema explicando o processo de designação dos sítios Ramsar no Brasil e destacou que propostas podem ser submetidas ao MMA a partir de diversos setores, como, academia, ONGs, gestores das unidades de conservação,

proprietários da RPPNs. Esclareceu que o MMA pretende estabelecer uma política para indicação dos sítios, definindo critérios nacionais. Destaca este como assunto de grande importância para próximas reuniões do CNZU.

Sobre as obrigações para gestão do Sítios, destacou que as Partes têm compromisso em manter as características ecológicas dos mesmos. Porém explica que como no Brasil os Sítios são coincidentes com os limites de unidades de conservação - UC, não há nenhuma obrigação adicional além daquelas previstas no SNUC.

Beatriz Bulhões apresentou dúvida sobre o monitoramento dos sítios, questionou sobre a necessidade de envio de relatórios dos sítios ou outra forma de verificar alteração nas características ecológicas.

Carolina Hazin esclareceu que o monitoramento das características ecológicas dos sítios deve ser conduzido conjuntamente com os órgãos gestores dos Sítios. Lembrou que, a cada seis anos, os países devem atualizar as Fichas Informativas Ramsar, que podem ser vistas como um instrumento de monitoramento.

Tânia Ferreira perguntou como as terras indígenas poderiam ser contempladas na Lista dos Sítios Ramsar.

Carolina Hazin esclareceu que a política para designação de sítios Ramsar em terras indígenas deve ainda ser construída e que será necessário verificar o procedimento para gestão dessas áreas. Destacou a importância do trabalho em parceria entre MMA e FUNAI.

Tânia Ferreira propõe incluir na discussão a situação do Estado de Mato Grosso que considera caótica em relação à questão dos recursos hidrelétricos, trazendo sérios problemas principalmente para as comunidades indígenas.

Maria Cecília Wey de Brito concordou que o assunto pode ser discutido no futuro. Comentou que a SBF está trabalhando com o Plano Nacional de Áreas Protegidas, que prevê ações para o conjunto de áreas protegidas, inclusive as terras indígenas. Comentou ainda que a designação de sítios Ramsar em áreas já estabelecidas como UC's é uma orientação do MRE, pois são áreas sobre as quais já houve intensa negociação entre setores do Estado e da sociedade, resultando em consenso sobre sua conservação. Ressaltou, no entanto, que esta é uma orientação brasileira, não uma regra definida pela própria Convenção.

Maitê Schmitz endossou o que foi colocado por Maria Cecília, destacando o compromisso do Governo Brasileiro em aceitar diversas obrigações internacionais com relação a essas áreas. O descumprimento dessas obrigações traria um desgaste para o país no âmbito internacional.

Sandra Genari comentou sobre ameaças à proteção dos sítios Ramsar, com destaque para as barragens no rio Javaés, no Parque Nacional do Araguaia, para a produção de álcool na bacia do Paraguai e, ainda, sobre a questão da carcinicultura no Maranhão. Questionou sobre as contribuições que o CNZU pode trazer para evitar essas ameaças e ser mais pro-ativo.

Maria Cecília Wey de Brito destacou o fato de o Brasil vincular a criação dos sítios às UC's como favorável à conservação dessas áreas, respaldada pela legislação que as rege. Salientou também o papel do CNZU e dos gestores dos sítios Ramsar no monitoramento e identificação de ameaças. Enfatizou a importância de que o zoneamento utilize outros *layers* como p.ex. áreas prioritárias para conservação e não apenas os convencionais, edáficos, morfoclimáticos etc. Considera grave a questão da carcinicultura e informa que o MMA tem discutido com a SEAP e MAPA sobre incentivo e valorização de produtos que respeitem condições ambientais e sociais, como reflexo das exigências de mercado.

Priscila Costa falou sobre o mapa interativo que está em utilização por diversos Ministérios e que o grande diferencial é o cruzamento de dados. Sugeriu a utilização desta ferramenta para sobrepor informações existentes sobre UCs federais, Sítios Ramsar, áreas prioritárias e a questão do zoneamento não só o ecológico-econômico, mas também o agro-ecológico.

Kleber Souza dos Santos destacou o interesse do Ministério da Agricultura em discutir e valorizar práticas agrícolas que tenham sintonia com as questões ambientais.

Apresentação das propostas de indicação dos novos Sítios Ramsar

Paula Petracco descreveu a Ficha Informativa Ramsar que é um dos documentos necessários para indicação de um Sítio e informou sobre os critérios para que uma área seja incluída na Lista Ramsar. Comunicou que o MMA elaborou três propostas de indicação de Sítios e que as mesmas encontram-se atualmente em tramitação no MRE para posterior encaminhamento ao Secretariado da Convenção. Posteriormente, fez breve apresentação sobre cada uma dessas áreas:

- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA): iniciativa de indicação do ICMBIO e Conservação Internacional do Brasil.
- Parque Estadual do Rio Doce (MG): iniciativa da indicação do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

- RPPN Rio Negro (MS): iniciativa de indicação da Conservação Internacional, proprietária da fazenda.

Concluiu apresentando a proposta, em elaboração, da APA Arquipélago de Mariuá (AM), iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas junto com o WWF-Brasil.

Ana Paula Prates ressaltou que além das propostas apresentadas, o MMA está trabalhando na indicação da APA Costa dos Corais, como uma das ações nacionais para o Ano Internacional dos Recifes de Coral.

Eurico Cabral apresentou preocupação em relação à RPPN proposta, uma vez que é uma área para exploração comercial e há uma privatização do acesso a essas áreas.

Ana Paula Prates esclareceu as RPPNs podem ser contempladas, pois fazem parte do SNUC.

Carolina Hazin esclareceu sobre a obrigação do cumprimento das normas que regem as UCs, independente de serem públicas ou privadas e que o proprietário tem a opção de destinar ou não a área para turismo. Justifica a inclusão da área em pauta como sítio Ramsar pelo fato de ser uma área de valor ecológico singular.

Beatriz Bulhões sugeriu a proposição de política específica para conservação dos sítios, por exemplo, de incentivo à pesquisa e ainda que essa rede de sítios tenha alguma política em relação à manutenção e estudo das características e processos ecológicos.

Antônio Soler propôs priorizar certificações de áreas públicas como sítios Ramsar.

Jaqueline Goerck questionou a indicação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) como sítio Ramsar, por não considerar que esta área represente uma zona úmida.

Maria Cecília Wey de Brito ressaltou o incentivo que o Governo brasileiro dá para criação de RPPNs.

Carolina Hazin justificou a indicação do PERD, devido aos 42 lagos que compõem a área, considerados áreas úmidas pela Convenção, por sua importância hidrológica e benefícios em relação aos recursos hídricos como recarga de aquíferos e manutenção do micro-clima local.

Maria Cecília Wey de Brito considerou a importância de uma base de informações das áreas que potencialmente podem ser indicadas como sítios Ramsar.

Leonardo Maltchik destacou a importância da definição das áreas úmidas e de identificação das mesmas. Julga que a designação de sítios Ramsar não deve ser a única estratégia de conservação das áreas úmidas do país. Ressaltou que constam da legislação, inclusive códigos federais, 109 terminologias para áreas úmidas, o que pode prejudicar a proteção dessas áreas.

Yara Novelli complementou, ressaltando a riqueza de tipos dessas áreas e informou que já foi iniciado um glossário que pode ser recuperado, com a participação entre outros, do Governo Argentino, trazendo diferentes designações, sinônimos e terminologia regional de nomes vulgares.

Maria Cecília Wey de Brito lembrou que há perspectiva de criação de Câmaras Técnicas no âmbito do CNZU: uma sobre mangues para apoiar o projeto GEF Mangue e outra sobre recifes de coral. Considerou importante também um grupo para discutir as definições das áreas úmidas, que poderia se reunir em reuniões ordinárias e extraordinárias.

Maria Cecília sugeriu o término dos trabalhos da manhã e prosseguimento à tarde, com a avaliação das minutas de Resoluções para a COP10.

7. AVALIAÇÃO DAS MINUTAS DE RESOLUÇÕES PARA A 10ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DE RAMSAR - COP 10

Ana Paula Prates abriu os trabalhos da tarde lembrando que foi postergada para o dia seguinte (22/10) a apresentação da Iniciativa Nacional dos Recifes de Coral e do GEF Mangue. Abriu o debate sobre as minutas de resoluções da COP 10.

Carolina Hazin comentou que esses documentos já haviam sido previamente discutidos e lapidados em reuniões anteriores do Comitê Permanente da Convenção, de modo que já traziam acordos entre as Partes e que conseqüentemente as negociações seriam facilitadas. Lembrou o Itamaraty apensará as observações do CNZU às instruções para a delegação brasileira. Propôs que as minutas sobre questões meramente operacionais – DR 1 a DR7 - não fossem alvo da discussão.

Ana Paula Prates sugeriu que fossem projetados os resumos de cada Resolução, destacando pontos passíveis de discussão. Ressaltou que o Itamaraty orientará sobre a posição a ser assumida pela delegação brasileira.

Yara Novelli informou que foi produzido ao final do INTECOL (Cuiabá, julho de 2008) um documento sobre a questão dos biocombustíveis e o Pantanal, a carta de Cuiabá.

Carolina Hazin esclareceu que a delegação brasileira defende a posição do Governo Brasileiro e não exclusivamente a do Ministério do Meio Ambiente, como no caso dos biocombustíveis.

Em seguida, iniciou a apresentação das Resoluções, começando pela **DR 1**, que aprova o Plano Estratégico 2009/2014 da Convenção.

A **DR 8** adota um programa de comunicação, educação, participação e conscientização (CEPA), a ser implantado de 2009 a 2014.

Maura Machado considerou interessante levantar o que já existe no País para se estabelecer sinergia entre as ações de educação e conscientização pública. Esclareceu que o DEA está coordenando um GT interministerial para a elaboração da estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no âmbito do SNUC. Lembrou que é previsto no âmbito da Convenção, a designação por cada Parte Contratante de um ponto focal governamental e um não-governamental CEPA e sugere a realização de uma comissão técnica, como está previsto no Regimento Interno, para desenhar um estratégia CEPA.

Antônio Soler registrou a disponibilidade do FBOMS em trabalhar junto com o MMA e outras instituições que tenham interesse nas questões da educação.

Bértes Cabral lembrou que a estrutura do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, que envolve os comitês de bacias, não faz parte do CNZU e considera importante o envolvimento dos conselhos estaduais, comitês de bacias e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos neste Comitê.

Carolina Hazin considerou relevante a proposta de integrar o CNZU com o setor de recursos hídricos e da necessidade de se definir meios de interlocução.

Ana Paula Prates lembrou que essas questões poderão ser abordadas em Câmaras Técnicas (CT) para tratar de assuntos específicos e que as mesmas podem envolver a outras instituições que não fazem parte do CNZU. Lembrou ainda que é possível a participação de convidados nas reuniões do CNZU.

Carolina Hazin prosseguiu com a apresentação da **DR 9**, que aborda questões relacionados ao Painel técnico-científico da Convenção. Sobre a **DR 10**, indica que aprova as prioridades do plano de trabalho do Painel entre 2009 e 2012 e que a **DR 11** trata das parcerias e sinergias entre os acordos ambientais multilaterais.

Claudia Magalhães reforçou a importância dessa sinergia principalmente com o Itamaraty, que é quem chefia as delegações.

Ana Paula Prates também considerou importante identificar as áreas de sombreamento de uma convenção em relação à outra.

Carolina Hazin informou que foi iniciada uma discussão, entre os representantes nacionais das principais convenções de meio ambiente das quais o Brasil faz parte, sobre como viabilizar essa sinergia.

Carolina Hazin introduziu a **DR 12**, que apresenta os princípios para estabelecimento de parcerias entre a Convenção e o setor privado, esclarecendo pergunta anteriormente colocada por Rafaela Nicola sobre critérios para esse tipo de parceria.

Ana Paula Prates e Jaqueline Goerck consideram viáveis essas parcerias, se ocorrem para eventos pontuais, como COPs ou reuniões do Comitê Permanente, mas não como apoio à Convenção.

Yara Novelli lembrou que a aprovação de parceria com a Convenção deve passar pela COP.

Beatriz Bulhões destacou que o CEBDS considera importante pensar em parcerias com empresas além da questão de patrocínio, como o incentivo às boas práticas.

Carolina Hazin concordou que deve haver regras para o uso do nome da Convenção (selo, certificado, chancela), restringido esse uso somente ao país em que as boas práticas são adotadas. Passou para a **DR 13**, que trata do estado dos sítios Ramsar na Lista de zonas úmidas de importância internacional.

Yara Novelli questionou sobre a possibilidade de usar essa resolução para criar um sítio Ramsar que imediatamente fosse incluído no registro de Montreux, lembrando que há vários anos tem a intenção de criar Baixada Santista para entrar nesse registro. Defende que seria um projeto emblemático do Brasil, considerando ser uma área tão importante para o país e para a América Latina.

Maitê Schmitz esclareceu que, pelo texto da Convenção, só integram a lista de Montreux, sítios previamente designados e que sofram modificações em suas características ecológicas e acrescentou que não politicamente seria apropriado fazê-lo.

Carolina Hazin sugeriu análise futura sobre a possibilidade de indicação de sítios Ramsar nacionais à lista de Montreux.

Sandra Genari apontou a importância de conduzir uma avaliação sistematizada, criar diretrizes e parâmetros para avaliar as características dos sítios.

Carolina Hazin passou para **DR 14**, que traz um marco para apresentação de informações dos sítios à Convenção. A **DR 15** descreve as características ecológicas das zonas úmidas, as necessidades de informações e os formatos para inventários e guias técnicos para informações científicas integradas.

Claudia Magalhães reforçou a importância de se ter dados comparativos.

Carolina Hazin considerou que esta Resolução terá ainda que ser trabalhada para se tornar um instrumento de uso diário das partes contratantes.

Ângelo Lima pediu licença para se retirar, esclarecendo que Michael Becker não poderia comparecer no dia seguinte. Reitera a disposição do WWF em participar mais efetivamente do CNZU.

Carolina Hazin apresentou a **DR 16**, que apresenta como as características ecológicas devem ser detectadas e reportadas. A **DR 17** traz diretrizes para avaliação de impacto ambiental.

Yara Novelli e Cláudia Magalhães consideraram o documento muito básico, pontuando que o Brasil está mais avançado neste tipo de avaliação. Yara sugeriu que seja retirado o termo “URGE” e substituído por “INSTA”.

Carolina Hazin apresentou a **DR 18**, que trata da Avaliação Ecológica do Milênio.

Ana Paula Prates sugeria alterar a ordem de discussão dos documentos, visto que o Sr. Kleber do MAPA teria que se ausentar e gostaria de fazer algumas colocações nas Resoluções 25 e 31.

Carolina Hazin passou à **DR 25** - zonas úmidas e biocombustível.

Kleber dos Santos apresentou sugestão do MAPA de que seja retirado o parágrafo 5 dessa Resolução ou revista sua redação. O item comenta que a produção de biocombustível pode ter impacto negativo sobre a qualidade das águas nas áreas úmidas como resultado do correspondente uso de praguicidas e fertilizantes.

Rafaela Nicola e Carolina Hazin concordaram sobre a manutenção do parágrafo, com revisões.

Rafaela ressaltou a importância de sempre incitar a adoção de técnicas e práticas de menor impacto que realmente não provoquem alteração significativa àquelas áreas úmidas. Sugeriu que, em relação ao parágrafo 12, seja ressaltado o valor da biodiversidade, não apenas o enfoque utilitário.

Bérites Cabral destacou a necessidade de desenvolvimento de técnicas para minimizar os impactos e reduzir o desperdício de água na irrigação.

Yara Novelli sugeriu uma inserção no parágrafo 12: “agregar valor de serviços e funções”.

Ana Paula Prates esclareceu a questão do interesse de mercado que está por traz dessas questões. Concordou com Jaqueline que a produção deva ser a mais limpa possível.

Carolina Hazin apresentou **DR 31** que trata do aumento da biodiversidade nos campos de arrozais.

Kleber dos Santos esclareceu que uma das maneiras que o MAPA compreende a conservação da biodiversidade nos agroecossistemas é, nas áreas úmidas já consideradas artificiais, valorizar e reforçar as práticas agrícolas sustentáveis que caminhem para uma certificação com bases tecnológicas, sociais e ambientais. Sugeriu que o Comitê começasse a ter essa dinâmica, além do instrumento de comando/controlar e restrições e também instrumentos econômicos ambientais de valorização.

Leonardo Maltchik comentou que a tradução de “artificial wetlands” deveria ser “ecossistemas manejados pelo homem” e não “ecossistemas artificiais” e destacou a importância da relação entre práticas agrícolas e conservação da biodiversidade com base em pesquisas, como é feito nos sistemas de arrozais no Rio Grande do Sul. Concluiu dizendo ser interessante a parceria entre MMA e MAPA neste contexto.

Antônio Soler concordou em recuperar áreas que hoje estão ocupadas por alguma atividade rural e trazê-las a uma situação próxima da original.

Ana Paula Prates encerrou a discussão do dia sobre as minutas.

8. APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE CONSERVAÇÃO DOS SÍTIOS RAMSAR BRASILEIROS - PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DOS SÍTIOS (MMA, MATER NATURA, TNC, SGF/RAMSAR) – agenda complementar à 3ª reunião do CNZU

Maria Cecília Wey de Brito informou que a elaboração dos planos de conservação foram desenhados para seis dos oito sítios Ramsar brasileiros. Comentou ser interessante a metodologia utilizada, visto que tem abordagem técnica e científica, trazendo elementos para auxiliar o gestor a tomar decisões. Em seguida, agradeceu à equipe que conduziu o Projeto, à TNC e à Mater Natura, parceiros da iniciativa, aos participantes e aos gestores das unidades, que tiveram papel relevante na elaboração do material. Passou a palavra a Ana Cristina Barros da TNC.

Ana Cristina Barros agradeceu o apoio do MMA e destacou as vantagens da metodologia de Planejamento para Conservação de Áreas - CAP. Apontou que os planos seriam um estágio intermediário até a elaboração do plano de manejo propriamente dito. Explicou que são construídos com base no conhecimento disponível e que não são necessários os inventários biológicos.

Carolina Hazin apresentou a metodologia e que os planos de conservação foram elaborados no âmbito do **Projeto de Fortalecimento de Capacidade Institucional/Ações Iniciais para Consolidação dos Sítios Ramsar Brasileiros teve apoio financeiro da** Convenção de Ramsar. Agradeceu a Ana Cristina, a Analuce Freitas e a toda equipe da TNC, e especialmente a Fabiana Prado, da Mater Natura, consultora que trabalhou na construção desses planos. Mencionou também a importante participação do ICMBio e da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão.

Bérites Cabral considerou que o *CAP* contempla o relacionamento com as comunidades, mas, na parte científica, deveria ser feito um levantamento de dados, uma avaliação integrada de bacias, visto que não se deve considerar a UC isoladamente. Sugeriu que seja complementado futuramente.

Leonardo Maltchik lembrou que os planos de manejo têm que ser claros e objetivos, e que sejam conduzidos levantamentos da biodiversidade e de outras informações, como recursos econômicos. Destacou a importância do monitoramento.

Carolina Hazin destacou a importância dessa metodologia, mais prática, para auxiliar os gestores das UCs com as questões mais urgentes.

Shirley Hauff – TNC esclareceu que essa ferramenta é uma evolução dos 5-S, pois a TNC vem trabalhando continuamente no seu desenvolvimento.

Sandra Genari comentou sobre a positiva experiência de participar da construção do plano no Parque Nacional do Araguaia, considerando que, como processo de gestão da área, foi fundamental a participação de diversos atores.

Maria Cecília Wey de Brito encerrou os trabalhos do dia, lembrando da importância desta metodologia para os gestores de UCs e anunciou que esses documentos serão impressos e distribuídos aos atores que participaram das oficinas de planejamento, além de disponibilizados no *site* do MMA.

22 de outubro de 2008

9. INICIATIVA BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DOS RECIFES DE CORAL E PROPOSTA DA CÂMARA TÉCNICA DE RECIFES DE CORAL

Ana Paula Prates iniciou os trabalhos com a apresentação da Iniciativa Brasileira para Conservação dos Recifes de Coral, que deve reunir os projetos desenvolvidos no

país, e da proposta da Câmara Técnica de Recifes de Coral. Informou que 2008 é o Ano Internacional dos Recifes de Coral, designado pelo *International Coral Reef Initiative – ICRI*, a qual o Brasil aderiu em 2006. Comunicou que o MMA pretende divulgar informações sobre a importância desses ecossistemas e a necessidade de defender ações de conservação.

Prosseguiu informando sobre as ações de conservação dos corais em desenvolvimento ou já concluídos: mapeamento dos recifes rasos, com lançamento dos mapas de recifes de coral nas UCs; desenvolvimento da campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais; monitoramento, há seis anos, de recifes brasileiros.

Apresentou, em seguida, a minuta de Portaria que traz composição da CT de Recifes de Coral.

Eurico Cabral levantou a questão sobre a importância das algas calcárias serem incluídas nesta classificação e sugeriu a inclusão do termo no Art 1º.

Diversos membros se posicionaram quanto à composição da Câmara Técnica de Recifes de Coral e as sugestões acatadas pelos membros.

Ana Paula Prates fez uma compilação das sugestões apresentadas:

- propor e acompanhar a execução de ações políticas, programas e projetos;
- acrescentar no texto da Portaria referência a "recifes de algas calcárias";
- possibilidade da Câmara Técnica criar grupos técnicos ou convidar especialistas,
- alterar o texto: "daqui a dois anos" por "podendo ser prorrogado".
- Alterar a nomenclatura do grupo para Câmara Temática

A proposta de Câmara Temática e sua composição foi aprovada e deverá ser enviada à Consultoria Jurídica/MMA para publicação.

A apresentação do GEF Mangue foi excluída de pauta, dado o tempo limitado para finalizar a reunião do Comitê.

Maura Machado enfatizou a questão da criação de outra Câmara Técnica, de Educação Ambiental, com foco na iniciativa CEPA

Antonio Soler e Leonardo Maltchik sugeriram a criação de uma Câmara Técnica para discussão sobre os banhados do Rio Grande do Sul.

Carolina Hazin sugeriu que alternativamente à criação formal de Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho poderiam ser formados. Sugeriu as propostas de novos grupos sejam discutidas na próxima reunião do CNZU ou via *email*.

Em seguida deu-se prosseguimento às discussões sobre as minutas de Resoluções para a COP 10.

CONTINUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS MINUTAS DE RESOLUÇÕES PARA A 10ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DE RAMSAR - COP 10

Carolina Hazin apresentou a **DR 19**, que trata das zonas úmidas e manejo das bacias hidrográficas.

Bérites Cabral lembrou a ausência do Comitê de Bacias Hidrográficas no CNZU, argumentando que, pela Resolução 17, do Conselho Nac. de Recursos Hídricos, a instância decisória dos planos de bacias são os Comitê de Bacia.

Kleber dos Santos ressaltou que o MAPA tem a bacia hidrográfica como unidade básica de execução de políticas públicas. Informou sobre o projeto Produção Integrada de Sistemas Agropecuários de Micro-bacias Hidrográficas na Bacia do Taquari, executado em parceria com o IBAMA/MS e possivelmente da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA, que expressou interesse em participar da iniciativa. Complementou que o objetivo é a transformação da matriz tecnológica para bases sustentáveis.

Carolina Hazin reiterou a necessidade de se integrar o CNZU com o setor de recursos hídricos. Sugeriu que esses assuntos sejam considerados na próxima reunião.

Prosseguiu com **DR 20**, que trata dos esquemas de regionalização biogeográfica para aplicação do marco estratégico para a Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional.

Leonardo Maltchik ressaltou a necessidade de um inventário das zonas úmidas e sugeriu a criação de sítios Ramsar em pequenas áreas, que contêm grande biodiversidade, e incentivou a criação desses sítios na região Sul e Sudeste.

Ana Paula Prates lembrou a importância do inventário e solicitou a colaboração dos membros do CNZU para auxiliar na identificação e definição de metodologias apropriadas.

Luís Preto destacou a importância de se estabelecer a vazão ecológica, visto que elementos biológicos são usuários de água e, portanto, a vazão é fundamental para manutenção da integridade de áreas naturais.

Sandra Genari sugeriu a criação de diretrizes específicas para os sítios Ramsar, destacando que são UCs diferenciadas, pois contemplam áreas úmidas e dependem da

vazão afluyente e que os processos de licenciamento e outorga dos corpos hídricos à montante podem acarretar sérias conseqüências às características das zonas úmidas dos sítios.

Carolina Hazin prosseguiu com a **DR 21**, referente à propagação contínua da gripe aviária hiperpatogênica H5N1. Foi sugerido pelos membros do CNZU a criação de um protocolo de ações para encaminhamento de amostras para análise.

Maria Iolita Bampi ressaltou que este é um assunto de saúde pública extremamente relevante, com grande impacto na questão comercial, pois o Brasil é um dos maiores exportadores de frango do mundo. Em relação às espécies migratórias, destacou que o ICMBio tem recursos assegurados para fazer um monitoramento dessas espécies.

Kleber dos Santos esclareceu que no MAPA há um grupo que trata da questão.

Carolina Hazin seguiu com a **DR 22**, relativa às aves migratórias; **DR 23** - Zonas úmidas e saúde e bem estar das populações humanas; **DR 24** - mudanças climáticas e zonas úmidas; **DR 26** - Zonas úmidas e indústrias extrativistas; **DR 27** - zonas úmidas e urbanização; **DR 28** - zonas úmidas e redução da pobreza.

Em relação a esta última, Rafaela Nicola sugeriu a inclusão, no parágrafo 7, de “outros mecanismos” que contribuam para a erradicação da pobreza além de micro-créditos.

Carolina Hazin apresentou a **DR 29**, que aborda o papel dos representantes nacionais da Convenção.

Encerrando as discussões das minutas de Resoluções para a COP10, Ana Paula Prates sugeriu finalizar a reunião e resumiu os encaminhamentos e propostas para próxima reunião do Comitê.

10. ENCAMINHAMENTOS

- Conduzir discussão sobre impactos das hidrelétricas no Pantanal e sobre as alterações de ambientes naturais devido à criação de búfalos;
- O MMA avaliará as possibilidades de designar um centro em cada um dos principais ecossistemas alagados do país, que funcione como local de referência sobre temas relacionados à conservação e uso racional das zonas úmidas, de acordo com as diretrizes da Convenção;

- Estabelecer interface das áreas úmidas com o mapa interativo do Ministério do Meio Ambiente;
- Estabelecer uma política de proposição de sítios Ramsar, incluindo a definição de critérios nacionais para indicação de novas áreas. Um dos elementos a ser considerado será o conjunto de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade;
- Verificar a pertinência/necessidade de indicação de sítios Ramsar já designados à lista de Montreux;
- Avaliar para quais temas devem ser criadas Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho, no âmbito do CNZU. Algumas sugestões abordadas durante a presente reunião, foram: mangues, iniciativa CEPA, planejamento de avaliação ambiental integrada de bacias hidrográficas;
- Sugerir mecanismo de integração do CNZU com o setor de recursos hídricos;
- Apresentar a estrutura e resultados preliminares, caso já tenham sido produzidos, do projeto GEF Mangue na próxima reunião do CNZU;
- O CNZU deverá sugerir diretrizes para licenciamento e outorga, específicas para zonas úmidas;
- O CNZU deve discutir a pertinência e as possibilidades de se definir legislação específica para regulamentar projetos de irrigação, visto que há várias iniciativas sendo incentivadas pelo Governo e que são significativos os impactos às zonas úmidas;
- A delegação brasileira para a COP 10 de Ramsar deverá enviar um breve resumo aos membros do CNZU;
- A próxima reunião do CNZU tem previsão para ocorrer no primeiro semestre de 2009, possivelmente em março.

11. DIA MUNDIAL DAS ZONAS ÚMIDAS

Carolina Hazin explicou sobre a iniciativa da Convenção para o programa CEPA, tendo instituído o Dia Mundial das Zonas Úmidas – 2 de Fevereiro (data em que a Convenção foi assinada no Irã, em 1971) com o intuito de estimular que os países desenvolvam atividades de divulgação da importância, dos valores, das funções e dos benefícios das zonas úmidas. Aproveitando a comunicação, incentivou os membros do CNZU a planejarem atividades para comemoração desta data. Informou, por último, que

o MMA deverá lançar um sitio *web* sobre as zonas úmidas e a Convenção de Ramsar no dia 2 de fevereiro de 2009.

Maura Machado destacou a importância de que os projetos não se restrinjam a ações pontuais.

Yara Novelli destacou a necessidade de um processo de avaliação dessas atividades.

Kleber dos Santos assumiu compromisso do MAPA de informar sobre a existência da Convenção, na mala-direta das superintendências que representam as unidades federativas.

Ana Paula Prates encerrou a reunião agradecendo a participação e empenho de todos.